



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1978.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Fidelcino Tolentino.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, para discutir a ata que acaba de ser lida.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, há algumas modificações que merecem ser feitas na ata que acaba de ser lida, e pediria a V. Exª, neste momento, que entendesse bem a posição que ontem adotei, e que hoje vou adotar.

Com relação especificamente ao texto da ata, não requeri, não pedi e não apelei à Mesa no sentido que a Mesa acolhesse o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo.

O que fiz foi, em Questão de Ordem, solicitar à Mesa, que, desse cumprimento ao Regimento Interno, observando o disposto no seu artigo 125, que estabelece expressamente que, das decisões do Presidente, não acatando e não aceitando qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Esta, a modificação que eu gostaria que constasse da Ata. Levantei Pela Ordem, esta questão, solicitando observância do Regimento Interno, Sr. Presidente, decisão para questão que não foi decidida pela Mesa, observando-se que também não foi procedida pela Mesa. Que se proceda esta retificação, e, principalmente, Sr. Presidente, se faça constar desta Ata, que ocorreu tal fato, que levantado o dispositivo regimental que estaria sendo infringido como infringido foi, a Mesa entendeu de não lhe dar acolhimento e nem mesmo, sequer, de deliberar, para que, Sr. Presidente, doravante, não tenhamos que nos debater por questões delicadas que possam ocorrer, em razão do que ficou, ontem, não estabelecido por V. Exª. Parece-me, uma decisão transcendental. Não pode, não deve revogar dispositivos regimentais.

Esta isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito igualmente, que se conste na Ata, uma vez que não ficou definido nem expresso, de que, às observações do eminente Líder do MDB, Deputado Enéas Faria, houve contradição no sentido de que não pode, a Mesa, acolher requerimentos manifestamente inconstitucionais.

Eu gostaria também que ficasse registrado na Ata que ao argumento, repito, do eminente Deputado Enéas Faria, se consignasse a contrargumentação da Liderança da ARENA, se solidarizando com a decisão da Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência responde a Questão de Ordem formulada pelo Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Não solicitei a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas requeri...

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A retificação da ata vai constar da sessão de hoje.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Ex.mos Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública e Secretário de Estado da Administração, solicitando-lhes seja aumentada a quota de gasolina destinada à Delegacia Regional da Polícia de CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A região oeste do Paraná é a que apresenta atualmente o mais expressivo índice de desenvolvimento.

A grande movimentação verificada nos Municípios de Cascavel, mormente pela construção da Usina Binacional de Itaipu, é o preponderante fator de seu notório progresso.

Além do considerável aumento da população, resultante da atração da grande massa à procura de emprego, dada a abertura de novas fontes de trabalho, cresce, paralelamente, o índice de criminalidade, em razão de elementos que ficam marginalizados por não conseguir o almejado emprego e, às vezes, premidos pela fome.

Apesar de estar relativamente aparelhada no tocante a viaturas, a quota de gasolina destinada a essa região já se tornou insuficiente.

Observe-se que o trabalho da polícia não consiste somente na repressão ao crime, mas, engloba, ainda, a constante vigilância e outros serviços necessários à manutenção da ordem e à segurança de toda uma imensa população.

A economia de gasolina é justificada até o ponto em que a sociedade passa a ser prejudicada.

Por outro lado, não podemos admitir que o oeste do Paraná venha a sofrer restrições na segurança de sua população, por falta de gasolina, enquanto que, através de simples decretos, o Governo do Estado vem aquinhoando alguns protegidos "DEAÉSSEZADOS", que nem sequer têm direito a uso de car-

ro oficial, com elevadas gratificações conhecidas como verba de gasolina.

A reivindicação é justa, motivo pelo qual rogamos seja atendida com a máxima urgência.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 24/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Terra Rica os seguintes imóveis de propriedade do Estado:

I — área de terras medindo 900 metros quadrados dentro da quadra que seria a de nº 182 (cento e oitenta e dois), constante da planta do loteamento da cidade de Terra Rica com as seguintes divisas e confrontações: 30 m de frente pela rua Maranhão; 30 m de fundos; 30 m de lado para com o remanescente da mesma quadra e 30 m de outro lado para a rua Marechal Deodoro, na qual se encontra construído prédio com fachada de alvenaria e fundos de madeira, numa área construída de 120 m², transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí sob nº 19.650 - livro 3-R, de 28/06/67.

II — área de terreno urbano medindo 600 m², constituída por parte das datas sob os nºs 5 e 6 da quadra 182 (cento e oitenta e dois) da planta do loteamento da cidade de Terra Rica, com as seguintes divisas e confrontações: partindo-se de um marco de madeira de lei que foi gravado na esquina da Avenida Euclides da Cunha com a Rua Pará, segue-se confrontando com esta última, a distância de 30 m, até um marco situado na confrontação com as datas nºs 5 e 4, segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando com esta última à distância de 20 m, até um marco cravado na confrontação da data nº 4 e do remanescente da data nº 5; segue-se defletindo-se noventa graus à direita, confrontando com esta última e o remanescente da data nº 6, distância de 30 m, até um marco cravado na confrontação com o remanescente da data nº 6 e a Avenida Euclides da Cunha, segue-se defletindo noventa graus à direita confrontando com esta a distância de 20 m até o marco inicial desta medição, transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Terra Rica sob o nº 2.392 - livro 3-B, de 28 de junho de 1974.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1978.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Os imóveis que se pretende com o presente plano de lei sejam revertidos ao Município de Terra Rica, são imóveis onde funcionam o edifício do Fórum e a Cadeia Pública da cidade.

Atualmente, tais imóveis se encontram em vias de serem desocupados por força de doação de novos imóveis do Município para o Estado, onde serão construídos através de convênios já assinados, novos prédios com as mesmas finalidades e mais condizentes com as reais necessidades da cidade.

As leis já aprovadas e sancionadas de nºs 22/77 e 23/77, que anexamos ao presente, dão conta da efetiva doação dos novos imóveis, ficando assim, de plena justiça que o Estado faça retornar ao município, os citados imóveis.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno e Grande Expediente, a Presidência convoca o Sr. Ivan Rüppel, para ocupar a 2ª Secretaria.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senho-

res Deputados.

Há mais de dois anos estamos percebendo reclamações da área da polícia acerca da carência de combustíveis para locomoção das suas viaturas e inclusive para busca, apreensão e prisão ou detenção de criminosos ou daqueles que praticam atos ilícitos e que é dever de ofício da polícia ir à cata dessas pessoas para resguardar, para salvaguardar — já que o termo está muito em uso — a sociedade.

É nesse sentido que estou encaminhando ofício ao Sr. Secretário de Segurança através dessa Presidência que fará ouvir o Plenário, solicitando que seja aumentada a cota de gasolina destinada à Delegacia Regional de Cascavel.

Assoberbado com o acúmulo mas, assoberbado sobretudo com o galopante demográfico de Cascavel, em virtude do êxodo rural, por consequência da Usina de Itaipu e por uma série de outros fatores inerentes à situação geográfica da cidade e do município, está criando uma série de problemas para a sociedade, sobretudo para a cidade de Cascavel.

Há muito tempo já falávamos, já pedíamos, já estávamos e requeríamos ao Secretário de Segurança e até agora, as alegações que a Delegacia de Cascavel coloca e coloca à imprensa, é justamente a falta de gasolina.

É incompreensível que uma Delegacia de Polícia, por falta de combustíveis, deixe de ir ao alcance dos faltosos com a lei, dos criminosos e até muitas vezes, perigosos à sociedade. Deixem de ir atrás, à busca e detenção desses homens, ou daqueles que cometem erros, justamente, por falta de gasolina. Eu tenho sido até crítico demais, muitas vezes, ao comentar a verba de gasolina de determinados gabinetes, assessorias de gabinetes, de vários Poderes deste Estado, principalmente, do Poder Executivo e, não compreendo que uma delegacia de polícia que precisa, a todo instante, estar resguardada, abastecida de combustíveis, não tenha condições da perfeita execução de seus serviços, justamente, por falta de gasolina. É este o requerimento que endereço à Mesa, para buscar este objetivo de que o Secretário de Segurança tome uma providência, uma medida adequada, própria de seu dever, de seu ofício e de sua Secretaria, do seu mister, para que evite essas anomalias e prejudique, sensivelmente, a sociedade.

Fala-se, muito, em segurança; fala-se muito em salvaguarda do Estado, da sociedade; no entanto, os organismos que estão aí para proteger, parece que não estão alcançando o objetivo para o qual foram criados, através da cultura que a sociedade humana adquiriu, através do estágio que nós estamos. E, além de considerável este aumento de população resultante desta grande atração, a procura de emprego, na cidade, dada a abertura de novas fontes de trabalho, pelo menos, em tese, porque Cascavel tem mais de dez mil desempregados, é um número alarmante e o índice de criminalidade cresce diuturnamente, em razão, justamente, daqueles que ficam marginalizados por falta de emprego, premidos pela fome, muitas vezes, e que poderiam até os criminalistas oferecer como tese contrária à tese Lombrosiana. E, apesar de estar, relativamente, aparelhada de todas as viaturas necessárias, a cota de gasolina destinada àquela região é insuficiente, porque esta é uma cota estabelecida há dois anos, Sr. Presidente, e não é possível que com o aumento de população, com o aumento de contingente, seja de viaturas, seja de elementos policiais, ainda, a Secretaria de Segurança não acordou para que ela precisa exercer a segurança mas, através dos instrumentos que sejam colocados nas suas mãos. Observe-se que o trabalho de polícia não consiste, somente, na repressão do crime mas, engloba, ainda, a constante vigilância de outros serviços necessários à manutenção da ordem e a segurança de toda uma imensa população. A economia de gasolina é justificada, até certo ponto, em que a sociedade passa a ser prejudicada. Mas, tem outro aspecto: — O Governo está a dizer que precisa fazer economia de gasolina, quando os depósitos nacionais estão abarrotados, quase sem condições de armazenamento.

Por outro lado, não podemos admitir que o Oeste do Paraná venha a sofrer restrições na sua segurança, por falta desse combustível, enquanto que através de simples decreto o Governo do Estado vem aquinhoando alguns protegidos de Aessesados que é o leme que já procuramos dar aqui a esta nova nomenclatura que está aí a tramitar nesta Casa, que nem sequer tem direito ao uso de carro oficial, com elevadas gratificações conhecidas como "verba de gasolina".

A reivindicação é justa, Sr. Presidente. E o motivo pelo qual rogamos seja atendida com a máxima urgência, é este: a relevância e o interesse social.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar o tempo que lhe é reservado. — (Pausa) — (Declina). — Tendo declinado, consulto a liderança da ARENA se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. — (Declina). — Tendo declinado, encerra-se a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa projeto de lei, do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento do Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, solicitando licença sem vencimentos por 30 (trinta) dias a partir do dia 20/03/78 para tratar de assuntos particulares. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do INCRA no Paraná - ASSINCRA, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 153/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores do INCRA no Paraná - ASSINCRA-PR, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1978.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Quando vemos a associação de funcionários com objetivos altamente sadios e louváveis, procurando congregiar os funcionários e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INRA — no Estado do Paraná, como neste caso, encerrando em suas finalidades, sem fins lucrativos, como consta dos estatutos anexo ao presente plano de lei. Portanto, conclamamos os nobres Senhores Deputados para o total apoio a esta iniciativa.

Anexo ao presente estão uma via dos estatutos, uma declaração da Diretoria, uma certidão do Registro de Títulos e Documentos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 153/77

Do exame da certidão do registro da ASSINCRA-PR, lavrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba; do exame de seus estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do autor do presente projeto de lei, que enaltece os "objetivos altamente sa-

dios e louváveis" da referida entidade, verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, ontem não pudemos deliberar em razão da ausência de "quorum" regimental. Todavia, ao início da Ordem do Dia, se deu aprovação a requerimento, pedindo preferência de votação.

Pediria a V. Exª de uma vez que a sessão não mais deliberou ontem, que observasse esta preferência aprovada pela Casa, uma vez que as matérias não se esgotaram.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, sou obrigado a acreditar que o nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro labora em equívoco, uma vez que o requerimento de preferência de votação foi votado e aprovado em data de ontem e evidentemente já esgotou a sua eficácia. Não há mais o que questionar a propósito do requerimento que pedia preferência. Foi votado, aprovado e "a posteriori" não se verificou "quorum". Mas isto na sessão de ontem. Hoje, não me parece que seja esta a situação. Acho que a posição correta da Mesa é continuar, até porque a questão já está ultrapassada.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Respondendo a questão de ordem formulada pelo Deputado Enéas Faria, o Regimento Interno não diz nada a respeito se o requerimento é somente para ontem ou permanece na votação durante a semana inteira.

A Presidência delibera que o requerimento foi encerrado ontem.

Continua a matéria da Ordem do Dia.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — V. Exª permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — V. Exª já usou a palavra sobre a mesma questão de ordem.

Em votação o projeto.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). Perguntaria a V. Exª qual a matéria que está em votação?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Projeto de Lei nº 153/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, temos à deliberação da Casa, projeto de lei de autoria do eminente Deputado Werner Wanderer, de alta e profunda significação para a vida paranaense, que chama esta Casa a um dos mais importantes momentos, para poder deliberar sobre questão de tamanha relevância.

Não entraria no mérito, Sr. Presidente, mas entraria na cronologia com que este projeto se encontra à deliberação, para poder, Sr. Presidente, usando deste expediente, deixar patenteado o meu protesto pela maneira com que as coisas estão acontecendo nesta Casa, pela maneira como os trabalhos nesta Casa têm sido conduzidos, e pela forma estranha e esquisita com que somos, aqui em plenário, tangidos e obrigados a proceder.

Veja, Sr. Presidente, que ontem foi formulado requerimento de preferência, pedindo que determinadas matérias recebessem, com prioridade, deliberação do Plenário.

O requerimento foi aprovado; as matérias a que se refere esse requerimento aprovado são as matérias que se encontram na Mesa, inclusive este projeto de lei que está, agora, sob deliberação.

Entende V. Exª que o assunto se esgotou na sessão de ontem, mas se esgotaria se esgotadas estivessem as matérias a que a ele se referiam.

Nenhuma das matérias recebeu deliberação; nenhuma das matérias foi votada. A preferência pretendida, solicitada e aprovada acabou ontem não sendo observada em razão da ausência de "quorum".

Parece-me, portanto, que devesse se continuar o mesmo

procedimento ontem aprovado pela maioria da Casa, ontem aprovado por este Plenário.

Quer e entende V. Ex^a que o requerimento se tornou exclusivo para a sessão de ontem. Não! O requerimento não tratava da data da sessão. O requerimento tratava, se dirigia e se dirige a matérias, a proposições específicas que aí estão e que não foram objeto de deliberação.

Portanto, não se esgota com a data e com o tempo; se esgota este requerimento com a deliberação sobre essas matérias.

A preferência foi aprovada e a preferência não está sendo observada.

V. Ex^a conduzirá, Sr. Presidente, esta Casa, e nos conduzirá a uma posição de endurecimento na condução dos trabalhos, na condução da nossa atuação, se entender pela rama e, simplistamente, de dar atendimento ao que pretende a nobre Liderança do Governo.

Eu entendo, Sr. Presidente, e volto a afirmar: o requerimento se dirige especificamente com relação a matérias que se encontram na Mesa. Não importa se deu entrada ontem, não importa se hoje não receba continuidade, não importa que o mês que vem ainda tenha que vir.

O importante é que enquanto as matérias afetadas pela preferência pretendida e aprovada estiverem sob deliberação, não poderá a Mesa inverter a Ordem do Dia, não poderá a Mesa desconhecer essa preferência.

Diante disso, Sr. Presidente, e diante da posição inarredável de V. Ex^a, outro recurso não nos restará, senão obstar-mos a realização desta sessão.— (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É muito estranha a lógica do nobre Deputado Enéas Faria. Pretende ele conferir a seu requerimento um caráter de atemporalidade, não há direito sem tempo.

É evidente que o requerimento do nobre Deputado se esgotou ontem, foi votado e aprovado. Se, subsequentemente houve, ou não, "quorum", é problema que transcende a essa questão.

Pretender conferir perenidade ao requerimento, seria, evidentemente, revogar todo-nosso Regimento, porque ficaríamos a deliberar, hoje, requerimentos passados que, evidentemente não teria nenhuma acolhida nem sequer pelo senso comum.

O nobre Deputado Enéas Faria fazendo ironia ao projeto de lei, ora em deliberação, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, dando a ele, ironicamente, grande relevância, esquece que, em qualquer situação, os projetos de lei têm mais importância que os requerimentos, pois assim determina o Regimento Interno. Só abrindo exceção a requerimentos que pretendem inverter a ordem processualística de votação.

Mas, a Mesa, andou bem, respeitando nosso Regimento, ao não atender a questão formulada pelo nobre Deputado.

Razão porque já foi colocado em votação o requerimento do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, que requer licença sem vencimentos, e já colocou, em discussão o segundo item da Ordem do Dia, Projeto de Lei nº 153/77.

De maneira que o nobre Deputado Enéas Faria pretende iniciar uma lógica às avessas, ao procedimento da Mesa irreparável.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência mantém sua decisão.

Em votação o Projeto de Lei nº 153/77.— Aprovado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) — A Mesa defere. (É feita a verificação de votação)

dezesesse Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/77

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Às dezessete e trinta horas, do dia quinze de março de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões, registra-se a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Muggiati Filho, que aqui comparecem para a instalação da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Assume a presidência, na forma regimental, o Deputado Paulo Camargo, que declara abertos os trabalhos da presente reunião, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. São aclamados, por unanimidade, como Presidente o Deputado Ezequias Losso e como Vice-Presidente o Deputado Renato Bernardi. Fica decidido, ainda, que a realização de reuniões ficará condicionada à existência de matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavro esta ata que será pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim assinada para que produza os efeitos legais.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

Fabiano Braga Côrtes
Trajano Bastos
Muggiati Filho

Ezequias Losso
Renato Bernardi

Myrthes Gomes
Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Instrução Pública, para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Werner Wanderer, Luiz Gabriel Sampaio, Renato Bernardi, Wilson Fortes, José Antônio Del Ciel e Edilson Alencar. Assumiu a presidência na forma regimental o Senhor Deputado Augusto Carneiro, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. O Senhor Deputado Augusto Carneiro com a palavra, indica o nome do senhor Deputado Werner Wanderer para Presidente e o Senhor Deputado Edilson Alencar para Vice-Presidente. Colocadas em votação, ambas as proposições são aprovadas por unanimidade. Assume a presidência o Senhor Deputado Werner Wanderer, para agradecer em seu nome e também no do Senhor Deputado Edilson Alencar, a confiança neles depositada pelos ilustres membros da Comissão. Na oportunidade designou a funcionária Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim

assinada bem como pelo Senhor Presidente e demais membros presentes na reunião, para que produza os efeitos legais.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) EDILSON ALENCAR

Vice-Presidente

(a) Maria Aparecida Amaral

Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DE INSTALAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Cumprindo indicação de suas respectivas lideranças partidárias, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), os Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Wilson Figueredo Fortes, Werner Wanderer e Gilberto Carvalho; e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os Senhores Deputados Nelson Buffara, Benedito Lúcio Machado e Deni Schwartz, a fim de comporem como membros efetivos a Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal reuniu-se a referida Comissão aos nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, a fim de proceder a instalação e eleição do Senhor Presidente e Vice-Presidente da mesma. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Nelson Buffara na forma do Regimento Interno para proceder a eleição. Procedida a votação, verificou-se a reeleição do Senhor Deputado Wilson Fortes para o cargo de Presidente e do Senhor Deputado Nelson Buffara para o cargo de Vice-Presidente. O Senhor Deputado Wilson Fortes, agradeceu em seu nome e do Senhor Vice-Presidente tão honrosa investidura, dizendo que retribuirá a altura dos Senhores membros da Comissão de Recursos Humanos e demais Deputados deste Poder Legislativo nos cargos ora reeleitos. Após o que condicionou, as reuniões da Comissão de Recursos Humanos, serão de acordo com a existência de matérias afetas a mesma e que quando tal ocorrer realizar-se-á após a Sessão Plenária, lavrando-se a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente reeleito, membros presentes e por mim Secretária, Elza Carneiro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

(a) WILSON FORTES

Presidente

(a) NELSON BUFFARA

Vice-Presidente

Elza Carneiro Camargo

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de janeiro, do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezoito horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e presentes os Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo e Waldenício Barbalho, bem como o Sr. Assessor, Dr. Laertes Luiz Foggiao. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: PROPOSIÇÕES Nº 484/77 e 485/77, do Poder Executivo. Mensagem nºs: 101 e 102/77, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, referentes à implantação da Cidade Industrial de Curitiba, com fins que especifica. Relator Deputado Osvaldo Macedo. Parecer: Favorável no seu aspecto legal, mas requer sejam anexados e convertidos em diligência junto ao Poder Executivo, para informações que especifica. Em discussão. Rejeitado o Parecer, as diligências serão solicitadas em Plenário conforme sugestão do Sr. Deputado Dácio Leonel. O Sr. Presidente solicita ao Deputado

Dácio Leonel que relate as citadas Proposições de acordo com o vencido em reunião. O Sr. Deputado Dácio Leonel apresenta os Pareceres FAVORÁVEIS com respectivos Projetos de Resolução. Aprovados. 2).— PROPOSIÇÃO Nº 526/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 120/77, encaminhando cópia do convênio entre o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, como específica. Relator Deputado: Osvaldo Macedo. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado.— Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(a) PAULO CAMARGO

(a) Rita Soares Bertoli

Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março, do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezesesseis e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, conforme solicitação feita pelo Senhor Deputado Paulo Camargo, de acordo com o Art. 40, Parágrafo Único, do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça, a fim de realizar sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, para a 4ª Sessão Legislativa. O Senhor Deputado Paulo Camargo, abriu a reunião com a presença dos Senhores Deputados Dácio Leonel, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso, Muggiati Filho e Waldenício Barbalho. Foram aclamados, por unanimidade, para Presidente o Senhor Deputado Paulo Camargo e para Vice-Presidente o Senhor Deputado Muggiati Filho. O Senhor Deputado Paulo Camargo ao assumir o cargo agradeceu a deferência de sua reeleição, colocando-se à disposição dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente solicitou o assessoramento técnico do Assistente Técnico José Maria Zanardini de Camargo e do funcionário Laertes Luiz Foggiao, ambos do Quadro de Pessoal desta Casa. O Senhor Presidente, antes de encerrar a reunião, esclarece que esta Comissão fará reuniões ordinárias às quartas-feiras, após o término da Sessão Plenária, como ocorreu no ano anterior. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Membros desta Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO

Presidente

DÁCIO LEONEL

EZEQUIAS LOSSO

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

GILBERTO CARVALHO

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET

MUGGIATI FILHO

OSVALDO MACEDO

NELSON BUFFARA

WALDENÍCIO BARBALHO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1001, de 17 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula nº 256, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 80/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1470, de 03 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário SAMOEL UEBE KARUTA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 81/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1583, de 07 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, do funcionário JORGE KUDRI, matrícula nº 286, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 82/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1619, de 07 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 30/78, do funcionário MANOEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula nº 031, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 83/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1540, de 06 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a Portaria nº 08/78, na parte que se refere a designação, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Facci, da funcionária adida deste Poder GENY SAMPAIO CAMARGO, devendo a mesma retornar à sua repartição de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 84/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1574, de 06 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar, a pedido, a Portaria nº 08/78, na parte que se refere a designação do funcionário adido deste Poder, ANIBAL ASSUNÇÃO, para prestar serviços na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MBD);

II - designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 85/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6308, de 28 de junho de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

I - designar o funcionário MANRIQUE GÂNDARA FILHO, matrícula nº 032, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento jurídico junto à Comissão Especial para estudos sobre os municípios em área de interesse da Segurança Nacional;

II - autorizar o funcionário acima mencionado a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de janeiro de 1.970, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de janeiro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101/28

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 02, de 02 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula nº 136, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de outubro de 1.977, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 08 de março de 1.978

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1231, de 28 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar, a pedido, o funcionário RUBEM MURILO LEÃO RÊGO, matrícula nº 289, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 08 de março de 1.978

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

Constituir Comissão Especial de Promoções, presidida pelo Diretor Geral, FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula nº 555 e composta pelos funcionários: PAULO DO CANTO PACHECO, Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, Consultor Legislativo, matrícula nº 049, Gabinete da Presidência, ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, Consultor Legislativo, matrícula nº 143, Gabinete da 1ª Secretaria, ALCEU ALVES PASSOS, Diretor do Departamento de Pessoal, matrícula nº 112 e AYRTON ALVES ARANHA, Técnico de Administração, matrícula nº 413, Chefe da Seção de Administração de Cargos e Vencimentos.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 13 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 638, de 26 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de TABAJARA MARTINS, matrícula nº 073, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 1º de julho de 1.970 a 1º de novembro de 1.974, antecipado em razão das férias de 1.969, 1.971, 1.972 e 1.974, contadas em dobro; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei nº 6174, a partir de 13 de dezembro de 1.977, data em que, em razão da incorporação retro, completou dez (10) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 108, de 04 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RAUL ZIPPERER, matrícula nº 522, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.977, que deixou de gozar; e,

II – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 10 de fevereiro de 1.978, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 167, de 05 de janeiro de 1.978, e protocolado sob nº 12.666/77, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ JOAQUIM, matrícula nº 598, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da supra citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 05 de fevereiro de 1.974 e 05 de janeiro de 1.978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, e das férias referentes aos anos de 1.973, 1.974, 1.975 e 1.976, contadas em dobro; e,

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de seis (06) de janeiro de 1.978, contadas em dobro, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 634, de 26 de janeiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula nº 485, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 21 de outubro de 1.976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 108/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1002, de 17 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ISMAR DELLAGASSA PASSOS, matrícula nº 263, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 109/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 897, de 14 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ALMIR SANTOS, matrícula nº 059, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1.976 e 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 110/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 930, de 15 de fevereiro de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de MANOEL MARTINS DE CASTRO, matrícula nº 315, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.977, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 15 de março de 1.978

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário